



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CONTRATO Nº **030**/2021

Processo Administrativo: PMC.2020.00057922-69

Interessado: Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 015/2021

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **AUTARQUIA COMÉRCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA. - EPP.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.764.000/0001-07, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento parcelado de ração canina, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo IV – Projeto Básico, e nas condições estabelecidas neste instrumento.

SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo III – Projeto Básico, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3.1. O contrato vigorará até a entrega total do quantitativo previsto no Anexo I – Especificações dos Itens, sendo estimado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento da "Ordem de Início de Fornecimento", emitida pela Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, após a assinatura deste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

3.1.1. Ultrapassado o prazo estimado de vigência contratual, havendo saldo remanescente, se o fornecedor não puder cumprir as Ordens de Fornecimento emitidas após os 12 (doze) meses, o órgão gerenciador deverá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, restando suprimidas as quantidades remanescentes, por acordo entre as partes.

QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pelo fornecimento contínuo objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Item	Código	Descrição Do Produto	Un	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	43750	RAÇÃO EXTRUSADA SUPER PREMIUM PARA CÃES ADULTOS RAÇÃO EXTRUSADA PARA CANINOS, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DE CÃES DE TRABALHO, DE GRANDE PORTE, DISPENSANDO ADIÇÃO DE RAÇÃO ÚMIDA, OU COM OUTROS SUPLEMENTOS PROTEICOS VITAMÍNICOS, COM COMPOSTO QUE ATENDAM OS NÍVEIS POR QUILO DE PRODUTO: - UMIDADE: MIN. 08% E MÁX. 10%; - PROTEÍNA BRUTA: MIN. 26% E MÁX. 28%; - EXTRATO ETÉREO: MIN. 16% E MÁX. 18%; - MATÉRIA FIBROSA: MIN. 2,0% E MÁX. 2,5%; - MATÉRIA MINERAL: MIN. 5% E MÁX. 6% - CÁLCIO: MIN. 0,6% E MÁX. 1%; - FÓSFORO: MIN. 0,6% E MÁX. 0,8%.	KG	1.800	11,40	20.520,00
02	108793	RAÇÃO EXTRUSADA SUPER PREMIUM PARA CÃES SENIOR RAÇÃO EXTRUSADA PARA CANINOS, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DE CÃES DE TRABALHO, CÃES SENIOR, DE GRANDE PORTE, DISPENSANDO ADIÇÃO DE RAÇÃO ÚMIDA, OU COM OUTROS SUPLEMENTOS PROTEICOS VITAMÍNICOS, COM COMPOSTO QUE ATENDAM OS NÍVEIS POR QUILO DE PRODUTO: - UMIDADE: MIN. 10% E MÁX. 12%; - PROTEÍNA BRUTA: MIN. 24% E MÁX. 26%; - EXTRATO ETÉREO: MIN. 14% E MÁX. 16%; - MATÉRIA FIBROSA: MIN. 3,0% E MÁX. 4,0%; - MATÉRIA MINERAL: MIN. 6% E MÁX. 7% - CÁLCIO MIN. 0,4% E MÁX. 1,2%; - FÓSFORO: MIN. 0,3% E MÁX. 0,6%.	KG	300	12,95	3.885,00
03	45230	RAÇÃO EXTRUSADA SUPER PREMIUM PARA CÃES FILHOTES RAÇÃO EXTRUSADA PARA CANINOS, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DE CÃES DE TRABALHO, FILHOTES DISPENSANDO ADIÇÃO DE RAÇÃO ÚMIDA, OU COM OUTROS SUPLEMENTOS PROTEICOS VITAMÍNICOS, COM COMPOSTO QUE ATENDAM OS NÍVEIS POR QUILO DE PRODUTO: - UMIDADE: MIN. 8% E MÁX. 10%; - PROTEÍNA BRUTA: MIN. 32% E MÁX. 35%; - EXTRATO ETÉREO: MIN. 14% E MÁX. 18%; - MATÉRIA FIBROSA: MIN. 2,5% E MÁX. 2,6%; - MATÉRIA MINERAL: MIN. 5,8% E MÁX. 7,3%; - CÁLCIO MIN. 0,8% E MÁX. 1,2%; - FÓSFORO: MIN. 0,6% E MÁX. 1%.	KG	200	13,70	2.740,00
Valor Global (R\$)					27.145,00	

Assinado de forma digital por CINTIA SANCHEZ PECORARO:26218955818
Dados: 2021.03.12 15:58:35 -03'00'

CINTIA SANCHEZ
PECORARO:26218955818



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global estimado de R\$ 27.145,00 (vinte e sete mil, cento e quarenta e cinco reais)

4.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal sob os números abaixo transcritos, conforme consta do processo administrativo, documento SEI nº 3325784:

- 16120.06.122.1008.4063.339030

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irremovíveis.

SÉTIMA - DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

7.1. A Contratada apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ 1.357,25 (um mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, recolhida na Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. A garantia total será retida se a Contratada der causa ao desfazimento do Contrato, para que o Contratante possa se ressarcir, em parte, dos prejuízos experimentados.

7.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a Contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.

cmf.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7.4. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Protocolo Geral, dirigido à Secretaria Gestora que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Procuradoria-Geral do Município. A liberação se dará mediante autorização do Secretário Municipal da Unidade Gestora, após parecer da Procuradoria-Geral do Município.

7.4.1. No caso da garantia haver sido prestada em títulos da dívida pública, seguro fiança ou seguro- garantia, após o término do contrato, o interessado terá o prazo de 06 (seis) meses para requerer a devolução dos títulos da dívida pública, da carta de fiança e da apólice do seguro-garantia, sob pena, de assim não o fazendo, após manifestação da Secretaria Gestora quanto à execução contratual e parecer da Procuradoria-Geral do Município, dos referidos documentos serem inutilizados pela Secretaria Municipal de Finanças, que realizará a baixa dos registros contábeis do Município.

OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. No ato da entrega dos produtos, a Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente à Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.

8.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 8.1, a partir da data de sua reapresentação.

8.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o fornecimento.

8.4. O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal pela Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública.

NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11;

cmj



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

- 9.1.2. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos produtos até o local de entrega;
- 9.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 9.1.4. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento;
- 9.1.5. Observar atentamente todas as determinações legais municipais, estaduais e federais, relativas ao momento de pandemia em razão do novo coronavírus (COVID-19), como os Decretos Municipais nº 20.774/2020 e nº 20.782/2020 e suas respectivas alterações posteriores, sem prejuízo das próximas alterações que estão por vir;
- 9.1.6. Cumprir as demais condições contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 015/21.

DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 10.1.1. Fornecer à Contratada a Ordem de Fornecimento que será expedida pela SMCASP;
- 10.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento;
- 10.1.3. Efetuar os pagamentos devidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (Artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02):

11.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente.

11.1.2. Multa, nas seguintes situações:

11.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

de atraso na retirada da Ordem de Fornecimento, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

11.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento, após a retirada da ordem correspondente, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

11.1.2.3. de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pela Administração, garantida a defesa prévia.

11.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses de a Contratada ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado ou der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na hipótese de praticar atos fraudulentos na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou apresentar documento falso.

11.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

11.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.

11.4. As penalidades previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

11.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

11.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

12.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

13.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. Para o recebimento do objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 015/21 e seus anexos.

13.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

cmf



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

14.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, nos Decretos Municipais nº 14.218/03 e 14.356/03, na Lei Complementar nº 123/06, no Decreto Municipal nº 16.187/08, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, e respectivas alterações.

DÉCIMA QUINTA – DA LICITAÇÃO

15.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 015/21, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo PMC.2020.00057922-69.

DÉCIMA SEXTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

16.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação, proposta vencedora e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública de documento SEI nº 3541720 do Processo Administrativo em epígrafe.

DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

17.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

DÉCIMA OITAVA – DO PESSOAL

18.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

19.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.

19.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

19.3. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos fiscalizadores não eximirá a Contratada da total responsabilidade de fornecer os produtos, com toda cautela e boa técnica.

VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas - SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

22 MAR. 2021

Campinas, _____



CHRISTIANO BIGGI DIAS

Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

CINTIA SANCHEZ
PECORARO:26218955818

Assinado de forma digital por CINTIA
SANCHEZ PECORARO:26218955818
Dados: 2021.03.12 16:04:17 -03'00'

AUTARQUIA COMÉRCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA. - EPP.

Representante Legal: **Cintia Sanchez Pecoraro**

RG nº **20.441.586-X**

CPF nº **262.189.558-18**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC.2020.00057922-69

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de ração para cães.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 015/2021

CONTRATANTE: Município de Campinas

CONTRATADA: AUTARQUIA COMÉRCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA. - EPP.

CONTRATO Nº 030 /2021

ADVOGADO(S)/Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

22 MAR. 2021

Campinas, _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

GESTOR (SERVIDOR(A) DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS):

Nome: Renato Pius
Cargo: Diretor Administrativo
CPF: 376.658.238-07 RG: 45.971.952-X
Data de Nascimento: 27/08/78
Endereço residencial completo: R. José Paulino, 159. Apto 1407
E-mail institucional: Renato.Pius@campinas.sp.gov.br
E-mail pessoal: R-pius@hotmail.com
Telefone(s): 19.3753.11.13
Assinatura: [Assinatura]

PREENCHIMENTO
OBRIGATÓRIO

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: CHRISTIANO BIGGI DIAS
Cargo: Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública
CPF: 287.751.008-51 RG: 33.870.880-7
Data de Nascimento: 28 / 10 / 1980
Endereço residencial: Rua Expedicionários F. F. F. 146 - Sulim Park -
e-mail institucional: smcasp.gabinete@campinas.sp.gov.br
E-mail pessoal: chioggi@ig.com.br
Telefone(s): 37534011
Assinatura: [Assinatura]

PREENCHIMENTO
OBRIGATÓRIO

Pela CONTRATADA:

Nome: **Cintia Sanchez Pecoraro**
Cargo: **Sócia Administradora**
CPF: **262.189.558-18** RG: **20.441.586-X**
Data de Nascimento: **03 / 07 / 1971**
Endereço residencial completo: **R: Profª Regina Maria P. Momesso, 89 - casa 21, Jd. Seriema, Sorocaba-SP**
E-mail institucional: **autarquia.com@uol.com.br, autarquia.com@hotmail.com**
E-mail pessoal: **cintiaspecoraro@hotmail.com**
Telefone(s): **(15) 9.9742-7760 / (15) 3233-1091**
Assinatura: **CINTIA SANCHEZ PECORARO:26218955818** Assinado de forma digital por CINTIA SANCHEZ PECORARO:26218955818
Dados: 2021.03.12 16:04:43 -03'00'

PREENCHIMENTO
OBRIGATÓRIO

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.